

MOÇÃO A

Moção de Orientação Política

Resistir para Avançar

Vivemos nos últimos três anos um intenso ciclo eleitoral e de forte instabilidade política, que redefiniu a relação de forças no principal órgão de soberania do país e o cenário político em Portugal.

Para esse efeito contribuiu, e muito, o Presidente da República, com interpretações enviesadas do voto democrático, que, no seu entender, concentra num único indivíduo todo um partido e respetivo projeto político.

O parágrafo da Procuradoria-Geral da República demitiu um primeiro-ministro, mas Marcelo Rebelo de Sousa derrubou o voto democrático de uma maioria absoluta e com isso escancarou as portas à extrema-direita.

Assim, a uma maioria de direita juntou-se a ascensão brutal da extrema-direita, que tem conduzido os partidos de direita e a governação do país para a radicalização da acção política, como se viu com a lei da nacionalidade; com a lei da emigração; com as intervenções musculadas e excessivas das forças de segurança junto das comunidades migrantes ou com a tentativa de imposição de um pacote laboral que é um ataque a quem vive do seu trabalho e aos direitos conquistados em democracia.

As consequências dessa instabilidade política resultam hoje numa inequívoca instabilidade para a vida de todos nós.

Na Região Autónoma da Madeira, o cenário foi igualmente conturbado.

Em Setembro de 2023, a perda da maioria parlamentar da coligação PSD-CDS obrigou-os a um acordo de incidência parlamentar com o PAN, que, por duas mãos cheias de propostas inúteis, decidiu perpetuar no poder um regime autocrático, que pretende tornar a Madeira o quintal das elites super-ricas, e sempre relegando para último plano, se houver algum, a resolução dos problemas que agravam a vida dos madeirenses.

Poucos meses após a tomada de posse, os processos judiciais e as buscas sem precedentes que o Ministério Público efetuou na ilha, atingiram as cúpulas do poder regional, desde o Presidente do Governo, Miguel Albuquerque, a vários secretários regionais, presidentes de Câmara, bem como alguns empresários de relevo, que foram constituídos arguidos, lançando a Região num pântano político.

Perante a gravidade das acusações e a total perda de credibilidade política do governo eleito, a exigência do Bloco foi clara: era preciso voltar a dar a voz ao povo.

As eleições antecipadas de 2024 resultaram na não eleição do nosso deputado na Assembleia Legislativa Regional, mas não alteraram a nossa convicção de que o único caminho democrático para a resolução do impasse político era um novo ato eleitoral.

Criando uma crise artificial a mando de Lisboa e para satisfazer a agenda de André Ventura, a extrema-direita madeirense faz aprovar, em Dezembro de 2024, uma moção de censura ao Governo e abre portas a nova crise política. O seu resultado foi o reforço da votação no PSD-CDS, fruto do cansaço do eleitorado com sucessivas eleições (nacionais e regionais), como insistentemente comentadores e comunicação social apregoaram, e a saída dos partidos de esquerda da Assembleia Legislativa Regional.

A pluralidade democrática ficou mais pobre e os madeirenses perderam, no Parlamento Regional, a voz fundamental de quem defendia os seus direitos com convicção e não por tacticismo político; de quem não estava refém do mercado ou dos poderes económicos instalados e que sempre procurou trazer ao debate questões e soluções para os problemas da vida concreta das pessoas.

Nestes últimos três anos, o Bloco de Esquerda Madeira apresentou-se a sete atos eleitorais. Um esforço militante tremendo, para uma estrutura regional frágil e em reconstrução, numa conjuntura política nacional e regional exigente e em transformação.

À exceção das legislativas regionais de Setembro de 2023, o Bloco Madeira teve sucessivas derrotas eleitorais e perdeu base eleitoral para o JPP, que conseguiu capturar o "voto útil" da esquerda e tornar-se o principal partido da oposição, superando o PS.

Entre erros nacionais e regionais; reconfiguração do cenário político nacional, europeu e mundial; e o crescimento de partidos fascistas e populistas, que capitalizaram o ressentimento, radicalizaram o discurso e a agenda política e, por arrasto, a sociedade e disseminaram o ódio contra os mais frágeis e contra a matriz socialista, parte da nossa missão é hoje Resistir para Avançar

Pela Emancipação Social, Justiça Climática e Renovação da Autonomia

A Região Autónoma da Madeira atravessa um impasse histórico. O Governo regional promove-se numa realidade virtual, em que a constante propaganda oficial, financiada pelos recursos de todos, tenta mascarar uma realidade de profunda asfixia social e económica. Celebra-se o maior PIB de sempre - superior a 7 mil milhões de euros - ao mesmo tempo que aumentam, de forma dramática, os pedidos de ajuda para pagar a casa e a subsistência.

Os lucros do mercado sobrepõem-se à dignidade de ter um salário que supra as necessidades básicas. E o governo PSD-CDS vangloria-se do feito.

Numa sociedade historicamente conservadora e subserviente, deliberadamente subjugada pelo medo de pensar fora do regime imposto por 50 anos de uma governação com claro *déficit* democrático, Resistir não é um ato de negação ou de imobilismo; é o ato consciente de recusar o pensamento único, de criar alternativa e esperança, de não aceitar que a nossa terra seja transformada num *resort* privado para elites e grupos económicos, enquanto a maioria da população enfrenta a precariedade e o empobrecimento.

Avançar significa romper com o modelo de desenvolvimento extrativista que consome o território e asfixia a democracia. A autonomia que o Bloco de Esquerda defende não é o privilégio de uma casta governativa, mas uma ferramenta de soberania popular. Resistimos para que a autonomia deixe de ser um escudo para a opacidade e passe a ser o motor de uma sociedade justa, onde o direito à vida digna prevaleça sobre o lucro desenfreado.

50 Anos de Autonomia: do sonho democrático à captura pelo Regime

Assinalar meio século de Autonomia é, antes de mais, celebrar uma conquista indelével do 25 de Abril. Foi a Revolução dos Cravos que abriu as portas para que os madeirenses e porto-santenses pudessem, finalmente, decidir o seu destino.

A conquista da autonomia, através de um governo próprio, aliada à entrada de Portugal na CEE, trouxe infraestruturas, escolas, hospitais, centros de saúde, serviços públicos essenciais, vias-rápidas, e um inegável desenvolvimento económico e social.

No entanto, é imperativo separar a conquista histórica da sua utilização abusiva por décadas de governação do PSD-M, cujo modelo de governação, ao longo destes 50 anos, confundiu deliberadamente a Região com o partido.

Os desequilíbrios provocados pelo culto do betão e pela dupla dívida oculta de Jardim são hoje a pesada herança que as novas gerações carregam. Enquanto se erguiam obras “inventadas”, de utilidade duvidosa; enquanto se faziam festas e festivais com verbas do PRODERAM e caminhos agrícolas para valorizar os terrenos dos donos do cartão laranja, negligenciou-se o investimento nas pessoas, na valorização do trabalho e na defesa do território.

A consequência é uma Madeira a duas velocidades: a dos campos de golfe, onde se movem as elites subsidiadas pelo Governo, e a dos homens e mulheres comuns que constroem a ilha com o seu trabalho; a dos "Vistos Gold" e a da emigração jovem.

Avançar para os próximos 50 anos exige uma outra Autonomia. Uma autonomia que esteja ao serviço do povo, que seja transparente, centrada na redistribuição da riqueza e promotora do desenvolvimento pessoal e coletivo; que faça do combate à pobreza e à exclusão social um desígnio da ação política; que promova e defenda os princípios constitucionais do direito à saúde, à habitação e à dignidade do trabalho, enquanto motores essenciais do desenvolvimento humano.

Saúde Pública: o resgate do SESARAM contra o negócio da doença

O Serviço Regional de Saúde (SESARAM) enfrenta um ataque ideológico sem precedentes. O subfinanciamento crónico e a degradação planeada das condições de trabalho servem um propósito claro: normalizar a transferência de utentes e de fundos públicos para os grupos de saúde privados. Resistir a este desmantelamento é a nossa prioridade absoluta. Não aceitamos que a saúde seja um privilégio de quem tem seguro ou conta bancária recheada.

Avançar na saúde exige um plano de choque para as listas de espera que utilize a capacidade total do hospital público, em vez de externalizar cirurgias, consultas e meios de diagnóstico para clínicas privadas. É necessário cumprir as promessas de reforço de recursos humanos e valorizar os profissionais com carreiras dignas e exclusividade no setor público.

A saúde mental deve deixar de ser o "parente pobre" do sistema, com a criação de equipas multidisciplinares em todos os centros de saúde. A autonomia deve servir para garantir o acesso universal, incluindo a gratuitidade de medicamentos para idosos e doentes crónicos com baixos rendimentos, assegurando que ninguém morre por razões económicas.

Avançar no cuidado aos nossos idosos e população mais vulnerável obriga a planear recursos. E neste sentido, o hospital Dr. Nélio Mendonça, após a abertura

do hospital central e universitário da Madeira, terá um papel fundamental na gestão de cuidados continuados, paliativos e de saúde mental.

Habitação: a luta contra o *apartheid* imobiliário e a especulação

A Madeira vive hoje uma emergência social no que toca à habitação. A pressão do turismo de massas, aliada aos benefícios fiscais para não residentes e à proliferação desenfreada do Alojamento Local, expulsou os madeirenses das suas próprias casas e lugares. Resistir a esta lógica é afirmar que a casa é um direito e não um activo financeiro para especuladores.

Não falta construção de luxo, mas faltam casas para viver.

Propomos a adoção imediata de tetos às rendas, a proibição de venda de casas a estrangeiros endinheirados que não sejam para viver e a suspensão de novos licenciamentos de Alojamento Local em áreas saturadas. A autonomia deve ser usada para mobilizar o património público devoluto e transformá-lo em habitação de renda acessível.

É tempo de taxar a especulação imobiliária e os imóveis de luxo para financiar um parque habitacional público. Há famílias em situações dramáticas e milhares que aguardam há décadas pela promessa de uma habitação digna. Uma geração inteira está a ser forçada à emigração ou à dependência familiar por falta de teto. Combater a narrativa de “é preciso deixar o mercado funcionar” é a tarefa central da esquerda madeirense.

Ambiente e Emergência Climática: proteger a ilha para o futuro

Como território insular, a Madeira está na linha da frente da crise climática. No entanto, a governação regional continua a tratar o território como um estaleiro e a usurpar o que é de todos em benefício de uns poucos.

Resistir à impermeabilização dos solos, à destruição da orla costeira e à pressão sobre a floresta Laurissilva e às nossas reservas naturais é lutar pelo nosso futuro e dos nossos filhos e netos. O modelo atual é um ecocídio em câmara lenta em nome de um crescimento infinito que a geografia da ilha não suporta.

Avançar para uma Madeira Verde significa colocar a ecologia no centro de todas as decisões. Defendemos a gratuidade dos transportes públicos em toda a ilha, como medida de justiça social e climática. Propomos uma moratória à construção de novos hotéis, a proteção das áreas agrícolas contra a especulação imobiliária e o investimento na transição energética, onde a produção de energia solar

beneficie as populações e não os monopólios energéticos, que tanto dinheiro recebem do erário público europeu e regional.

Justiça Social e Trabalho: dignidade contra a precariedade

A Madeira detém os índices mais elevados de risco de pobreza e exclusão social em Portugal. À frente só estão os Açores.

Esta realidade é o resultado de uma economia de baixos salários e de uma precariedade laboral institucionalizada. Resistir a este modelo de exploração é combater o pacote laboral que o governo da República quer impor a quem vive do seu trabalho; denunciar os abusos patronais na hotelaria, na agricultura e nos serviços; é conquistar mais direitos pois são o maior motor de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Avançar na justiça social exige que o acréscimo regional ao Salário Mínimo seja substancialmente aumentado para compensar o custo de vida insular, que torna a vida dos madeirenses num sufoco para chegar ao fim do mês. É pelo trabalho com direitos e pelo salário que permita uma vida digna para toda a gente que lutamos.

É urgente implementar as 35 horas semanais para todos os trabalhadores, garantindo a conciliação entre a vida profissional e familiar. A luta contra a pobreza infantil e a exclusão dos idosos deve ser feita com melhores salários, com melhores reformas e serviços públicos universais e não com a caridade assistencialista que o regime utiliza para manter o controlo social.

A justiça fiscal é a outra face desta moeda: taxar os milionários e acabar com os Vistos Gold e os benefícios fiscais para residentes não habituais.

Educação e Cultura: ferramentas de libertação

A educação tem sido vítima de um desinvestimento que perpetua as desigualdades. Resistir à degradação da escola pública é garantir que o elevador social não fique encravado. Avançar exige a redução do número de alunos por turma, a valorização da carreira docente e o reforço dos apoios a alunos com necessidades especiais. A escola deve ser um espaço de cidadania e pensamento crítico, livre de influências partidárias.

Na Cultura, recusamos a visão que a reduz a um desfile para turistas. Defendemos o investimento direto na criação artística local e a descentralização cultural, levando o cinema, o teatro e a música a todos os concelhos.

A preservação do património material e imaterial deve ser uma prioridade, combatendo a descaracterização das nossas freguesias e cidades pela pressão turística.

Porto Santo: pelo fim da dupla insularidade

O Porto Santo não pode continuar a ser a "ilha esquecida" durante nove meses do ano. Resistir à dupla insularidade é exigir que o transporte marítimo e aéreo seja um serviço público de qualidade, com preços acessíveis e que aconteça todo o ano.

Avançar no Porto Santo exige o reforço dos cuidados de saúde locais para que os porto-santenses não tenham de ser evacuados para qualquer exame básico. É necessário promover um modelo de desenvolvimento económico que não dependa exclusivamente do "sol e mar" de Verão, apoiando a agricultura local e a sustentabilidade ambiental como motores de emprego qualificado durante todo o ano.

Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos

O Bloco de Esquerda Madeira reafirma-se como a força feminista, antirracista e antifascista da Região. Resistir ao conservadorismo e aos discursos de ódio que tentam ganhar terreno na nossa sociedade é um imperativo ético.

Avançar na igualdade de género implica planos municipais de combate à violência doméstica e a garantia de paridade salarial. A Madeira deve ser uma região pioneira na proteção dos direitos LGBTQI+ e na integração digna dos imigrantes que aqui escolheram viver e trabalhar. A democracia só é plena quando todas as vozes são ouvidas e respeitadas, sem medo de represálias políticas ou sociais.

Reforma do Sistema Político: transparência e democracia

O sistema político regional está capturado por teias de clientelismo que asfixiam a alternância. Resistir ao autoritarismo é lutar por uma reforma da lei eleitoral que garanta maior proporcionalidade e por mecanismos de democracia direta, como os orçamentos participativos regionais.

Avançar na transparência exige a aplicação de uma lei de incompatibilidades aos deputados e governantes. A autonomia deve ser exercida à luz do dia, com escrutínio público e participação popular constante.

Não à guerra

Num mundo onde avançam os regimes autocráticos e imperialistas, que procuram expandir-se e dominar o mundo pela força de armas e de tarifas, devemos juntar as nossas vozes na exigência da Paz e na defesa do Direito Internacional. Foi no respeito destes princípios fundamentais do pós II Guerra Mundial que o mundo viveu enormes avanços sociais e económicos para todos. Essas devem ser as premissas da política externa do país.

É inaceitável a subserviência do governo Português ao *bully* da Casa Branca, com a cedência da Base das Lajes como plataforma logística para ataques que visam levar a morte e a destruição ao povo iraniano. À semelhança de 2003, com Durão Barroso, mais uma vez, um governo de direita torna Portugal cúmplice de uma agressão que viola o Direito Internacional e que não tem qualquer justificação credível e aceitável.

Também na Venezuela, defendemos a soberania popular e democrática; rejeitamos as ingerências externas e a intervenção militar norte-americana que, sob o pretexto de derrubar o regime, teve como único propósito apropriar-se dos recursos naturais daquele país.

Pela defesa dos direitos humanos, pelo humanismo que dá a mão a toda a gente e nos torna grandes, devemos juntar todas as vozes para, tal como fez Pedro Sánchez, dizer Não à Guerra.

Um Bloco que resiste e se organiza

Independentemente das conjunturas políticas, regionais e nacionais, que influenciaram os resultados eleitorais que obtivemos, não podemos deixar de fazer uma reflexão crítica sobre aquilo que não correu bem na direção política do Bloco na Madeira. Essas fragilidades tiveram inevitavelmente impacto na dinâmica interna do partido, traduzindo-se, em determinados momentos, numa militância menos mobilizada e participativa.

Temos consciência que a Comissão Coordenadora Regional, cujo mandato agora termina, atravessou fases de maior debilidade organizativa e de dificuldade em responder plenamente aos desafios políticos e estruturais que o partido enfrentava. Este balanço deverá ser feito de forma aberta e responsável pelos aderentes na XI Convenção, num exercício coletivo de avaliação crítica em que dirigentes e militantes assumirão a sua parte de responsabilidade, com o objectivo de retirar ensinamentos e reforçar o futuro do Bloco na Região.

O que verdadeiramente importa agora é estarmos conscientes das exigentes tarefas que se colocam à Comissão Coordenadora Regional que será eleita nesta Convenção Regional e ao conjunto dos militantes bloquistas madeirenses.

O momento que vivemos exige capacidade de reorganização, de iniciativa política e de reforço da presença do partido na sociedade madeirense.

Para isso, é fundamental fortalecer a organização do Bloco, descentralizando responsabilidades que não podem ficar concentradas apenas na figura do futuro ou da futura Coordenador(a) regional. A nova direção deverá repartir entre si áreas essenciais de intervenção, garantindo uma maior capacidade coletiva de resposta política: a direção estratégica do partido, a organização interna, a comunicação, o trabalho nas redes e a dinamização da área da Juventude.

Neste plano, saudamos a decisão de, ao fim de cerca de oito anos, voltar a eleger a Comissão de Jovens do BE Madeira, iniciativa na qual depositamos uma renovada esperança para o reforço do partido e para a construção do seu futuro na Região.

Um Compromisso com o futuro

A moção "Resistir para Avançar" é o nosso roteiro para uma Madeira diferente. Não aceitamos o destino de sermos uma região de mão-de-obra barata e território vendido a quem tem dinheiro. A nossa resistência é a semente de uma nova autonomia — uma autonomia que cuida, que protege e que liberta.

Este é o tempo da coragem. É o tempo de unir todos aqueles que não se conformam com a injustiça e que acreditam que a Madeira pode ser um exemplo de sustentabilidade e igualdade. Juntos, resistimos ao regime do medo; juntos, avançamos para a Madeira do bem comum.

Pela Liberdade, pela Justiça, pela Madeira, pela Esquerda!

Subscrevem esta Moção os e as seguintes aderentes:

Dina Letra - 3588

Alberto Pestana - 17234

Ana Moniz - 17975

Diogo Teixeira - 16839

Francisco Pinto - 18014

José António Figueira - 13014

Margarida Monteiro - 14508

Mónica Pestana - 17231

Roberto Almada - 3579

São candidatas e candidatos à Comissão Coordenadora Regional do BE Madeira:

Dina Letra - 3588

Diogo Teixeira - 16839

Margarida Monteiro - 14508

José António Figueira - 13014

Mónica Pestana - 17231

Roberto Almada - 3579

Ana Moniz - 17975

Alberto Pestana - 17234

Francisco Pinto - 18014

Representante na COC: Mónica Pestana - 17231